



«PORTUGAL VAI ACOMPANHAR O ESFORÇO PARA ATINGIR AS NOVAS METAS»

Gonçalo de Freitas Leal, director-geral da DGADR (Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural), faz um balanço positivo do que tem vindo a ser feito desde 2017 no âmbito da Estratégia Nacional para a Agricultura Biológica. Acredita que as medidas tomadas colocarão o País no bom caminho para o cumprimento dos objectivos europeus, mas também pede que os produtores agrícolas e transformadores de produtos biológicos nacionais consigam orientar as suas opções de produção para as preferências dos mercados, tanto ao nível nacional como externo.

Ana Gomes Oliveira

Os mais recentes dados do Eurostat dizem que, em 2019, Portugal tinha 293.213 hectares (ha) de área agrícola destinada a agricultura biológica, o correspondente a uma quota de 8,2%, ligeiramente abaixo da média dos países da União Europeia: 8,5%. Que comentário merecem estes números?

A superfície em agricultura biológica tem vindo a crescer de forma consistente desde 1994. Nesse ano iniciaram-se os registos oficiais, tendo sido inscritos 7.183 hectares. A superfície em agricultura biológica no ano de 2019 foi de cerca de 293.000 hectares, como disse, o que corresponde a um acréscimo de 38% face a 2014, numa resposta positiva ao regime de apoios em vigor, o Programa de Desenvolvimento Rural - PDR2020.

A crítica recorrente é a de que a área vai aumentando, mas a grande maioria continua a ser ocupada por pastagens, forragens e culturas arvenses. As políticas que se avizinham poderão contribuir mais para que os produtores nacionais comecem a apostar nouro tipo de culturas produzidas em modo biológico?

A diversificação das culturas em produção biológica é sem dúvida um desafio que nos convoca a todos. De qualquer forma, convém salientar as externalidades positivas provenientes da manutenção das superfícies de prados e pastagens e culturas arvenses em produção biológica, nomeadamente a sua contribuição para a protecção do ambiente e para o desenvolvimento sustentável do território.

Como vê o objectivo no âmbito da estratégia europeia do Prado ao Prato de Portugal ter 25% de Superfície Agrícola Utilizada (SAU) em agricultura biológica até 2030?

O Ministério da Agricultura prossegue a implementação de um conjunto coerente e diversificado de acções para apoiar o desenvolvimento sustentado da agricultura biológica em Portugal, no âmbito da Estratégia Nacional para a Agricultura Biológica (ENAB). Ou seja, as dificuldades são conhecidas, o caminho está traçado e o ritmo foi estimado com base na realidade agrícola nacional. Portugal vai certamente acompa-

nhar o esforço para atingir as novas metas. A Estratégia foi aprovada em Julho de 2017 e fixou um horizonte temporal de 10 anos, estando prevista a sua avaliação e revisão intercalar no 5.º ano (2022). O plano de acção associado à Estratégia compreende 10 metas:

- I) Duplicar a área de agricultura biológica para cerca de 12% da SAU nacional (o que corresponderá a cerca de 400 mil ha);
- II) Triplicar as áreas de hortofrutícolas, leguminosas, proteaginosas, frutos secos, cereais e outras culturas vegetais destinadas a consumo directo ou transformação;
- III) Duplicar a produção pecuária e aquícola em produção biológica, com particular incidência na produção de suínos, aves de capoeira, coelhos e apícola;
- IV) Duplicar a capacidade interna de transformação de produtos biológicos;
- V) Incrementar em 50% o consumo de produtos biológicos;
- VI) Triplicar a disponibilidade de produtos biológicos nacionais no mercado;
- VII) Reforçar a capacidade técnica em produção biológica, com duplicação do número de técnicos credenciados e o reforço da capacidade técnica específica do Estado;
- VIII) Aumentar em pelo menos 20% a capacidade de oferta formativa;
- IX) Criar uma rede de experimentação de agricultura biológica, instalando pelo menos uma unidade experimental certificada em cada Região Agrária do País;
- X) Criar um Portal "BIO" de divulgação, promoção de inovação e difusão de informação técnico-científica específica.

Acredita que na parte dos transformados bio, Portugal tem capacidade para evoluir e acompanhar o desenvolvimento que se vai verificando ao nível da produção?

Como já tive ocasião de referir, uma das metas da Estratégia Nacional para a Agricultura Biológica é, precisamente, duplicar a capacidade interna de transformação de produtos biológicos.

Que medidas podem ser tomadas para substituir as importações de produtos biológicos por produtos bio nacionais?

A promoção dos produtos biológicos nacionais, tanto cá como lá fora, enquadra-se no desenvolvimento do Plano de Comunicação para a Promoção da Agricultura Biológica e Produtos Biológicos, no âmbito da Estratégia já referida. O Plano de Comunicação visa desenvolver uma estratégia de comunicação capaz de criar um maior envolvimento do grande público com a produção biológica e os seus produtos. O aumento do consumo de produtos biológicos

PORTUGAL

293.213 ha de área de agricultura biológica

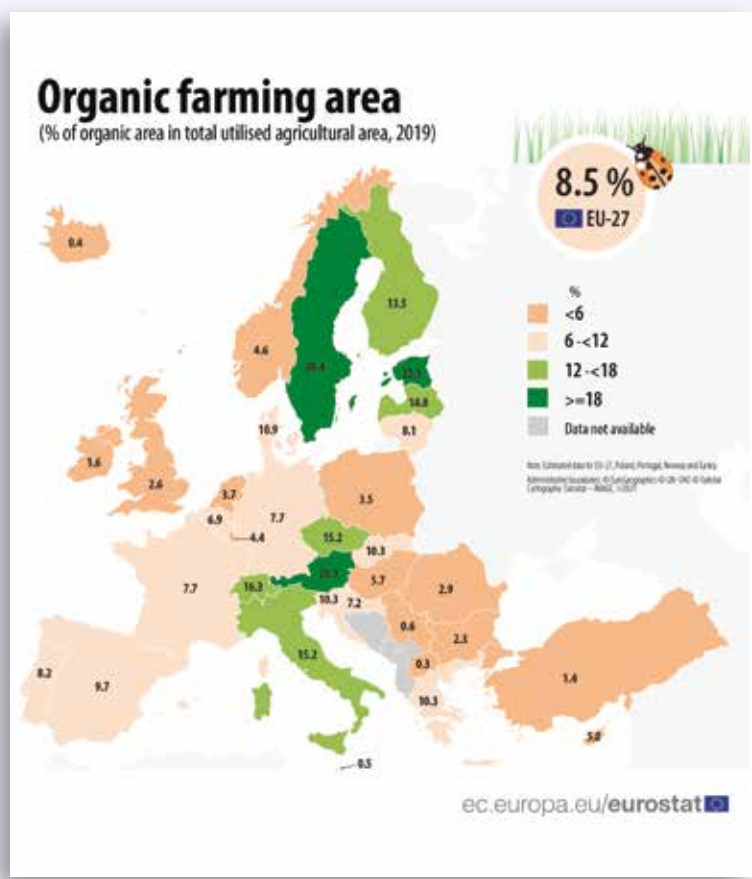
55.673 ha de terras aráveis

176.342 ha de prados e pastagens permanentes

61.198 ha de culturas permanentes

ÁREA DE AGRICULTURA BIOLÓGICA NA UE SUBIU 45,8% ENTRE 2012 E 2019

Em 2019, a área de agricultura biológica total na União Europeia com 27 Estados-membros (UE-27) perfazia quase 13,8 milhões de hectares, o que representa um incremento de 45,8% face aos 9,5 milhões de hectares registados em 2012. Segundo o Eurostat, a área de agricultura biológica total da UE-27 em 2019 correspondia a 8,5% da área agrícola total utilizada na União Europeia – um acréscimo de 0,5% em comparação com 2018. No ano passado, os Estados-membros da UE-27 com maior quota de área de agricultura biológica foram Áustria (25,3% da área agrícola total utilizada), Estónia (22,3%), Suécia (20,4%), República Checa e Itália (ambos 15,2%), Letónia (14,8%) e Finlândia (13,5%). Os restantes Estados-membros apresentavam uma quota de área de agricultura biológica de 11% ou inferior, com as menores proporções observadas em Holanda (3,7%), Polónia (3,5%), Roménia (2,9%), Bulgária (2,3%), Irlanda (1,6%) e Malta (0,5%). Espanha, com 2.354.916 ha, foi em 2019 o país com mais área de agricultura biológica, sendo acompanhada no top 5 de área por França, Itália, Alemanha e Áustria.



nacionais deve assentar em comunicação adequada, associada à insígnia “Portugal Bio” e “Refeitório Bio”. Também considero importante a produção de conteúdos adaptados para vários meios de difusão. O objectivo é que, no final da operação, os consumidores consigam escolher o consumo de produtos biológicos tendo como base o critério da produção nacional, o que permitirá não só aumentar o consumo de produtos biológicos nacionais, como incentivar a produção biológica nacional. Mas também se pretende que os produtores agrícolas e transformadores de produtos biológicos nacionais consigam orientar as suas opções de produção para as preferências dos mercados, tanto ao nível nacional como externo.

A agricultura biológica foi apresentada como uma prioridade assumida pelo actual executivo. A caminho do quarto ano de implementação da Estratégia Nacional para a Agricultura Biológica, que balanço é possível fazer?

Desde o lançamento da Estratégia, em 2017, até agora, foram dados passos muito substantivos ao nível da informação sobre o subsector, mas também da informação que foi possível canalizar para os próprios produtores. Registaram-se avanços muito interessantes na integração das universidades e da distribuição com a produção, nomeadamente ao nível do aprofundamento das soluções mais adaptadas ao contexto nacional. Hoje em dia, há maior difusão do co-

nhecimento e regista-se uma aderência muito consistente dos produtores, dos distribuidores e dos consumidores. Em 2022, em simultâneo com a revisão intercalar da ENAB, deverá ser definido um segundo Plano de Acção para a produção e promoção de produtos biológicos, relativo ao período 2022-2027, coincidente com a vigência no novo programa de desenvolvimento rural.

Outro objectivo assumido pelo Ministério foi o da fixação de jovens nas zonas rurais. Qual tem sido a intervenção da DGADR nesta matéria e que avanços se têm feito?

O rejuvenescimento do tecido social e empresarial das zonas rurais é uma condição indispensável para a sustentabilidade dos territórios, incluindo a continuidade da actividade agrícola nessas zonas. Através das medidas de desenvolvimento rural do PDR2020 tem sido apoiada a fixação de jovens nas zonas rurais, seja pelos apoios directos à instalação de jovens agricultores, seja pela participação em projectos de investimento na exploração agrícola. A criação do Estatuto de Jovem Empresário Rural (JER) veio dar um importante contributo para este objectivo. Foram já atribuídos 627 títulos, dos quais cerca de 70% respeitam a candidaturas em nome individual e 30% em nome de pessoa colectiva. Os detentores do título beneficiam de medidas de discriminação positiva, sobretudo ao nível da prioridade na selecção de projectos de investimento a participar nas acções de:

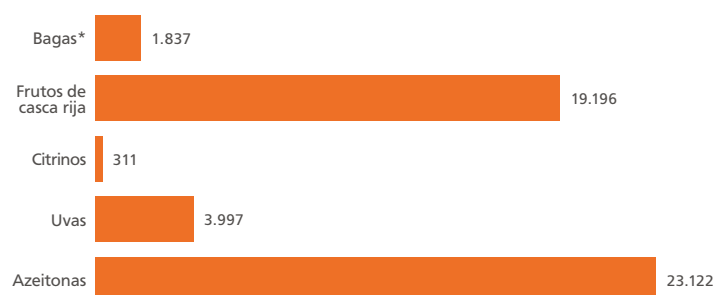
- «Pequenos investimentos nas explorações agrícolas»;
- «Pequenos investimentos na transformação e comercialização de produtos agrícolas»;
- «Diversificação de actividades nas explorações agrícolas»;
- «Cadeias curtas e mercados locais»;

É de realçar que, na operação 20.2.4 do PDR2020 intitulada «Observação dos Territórios Rurais», houve um aviso dedicado ao tema dos jovens nos territórios rurais e luta contra a desertificação, tendo sido aprovados dois projectos dedicados à temática dos Jovens Empresários Rurais. Esses projectos, para além da divulgação de medidas de política que visam potenciar os impactos no desenvolvimento rural, pretendem contribuir para adequar a estratégia de desenvolvimento e as políticas às necessidades e potencialidades do desenvolvimento rural regionalizado, fornecendo informação fidedigna sobre o enquadramento dos jovens no mundo rural e as necessidades destes em relação aos novos desafios: alterações climáticas, bio economia e economia circular, competitividade dos territórios e diversificação das suas actividades, inovação e identificação dos factores críticos para a sua sustentabilidade.

Os jovens agricultores dizem-se dispostos a investir no interior rural, mas lamentam a falta de indústria nessas locais. Como se contorna este constrangimento?

A operacionalização do Estatuto dos Jovens Empresários Rurais implica a adaptação ao novo contexto de medidas para o interior. A transversalidade temática do Estatuto JER oferece uma abrangência significativa, que recomenda uma cooperação interministerial, a materializar num conjunto de vantagens aportadas pelo Estatuto JER às medidas e programas desses Ministérios que partilhem estes objectivos. É reconhecido que para atrair jovens para o interior rural é necessário garantir a sustentabilidade da actividade económica, mas também melhorar as condições de vida. É interessante realçar que se tem observado que os jovens que se estão a fixar nestes territórios têm uma formação superior à média, nem sempre ligada à actividade agrícola, e a sua qualificação tem constituído um factor essencial para a introdução de inovação. Nesse âmbito, a Agenda de Inovação para a Agricultura 2020-2030, designada por Terra Futura, identificou alguns projectos estruturantes, designadamente

Área de culturas em MPB (ha)



Dados de 2019, Eurostat // *excluindo morangos

HÁ UM FUTURO FÉRTIL

NA TECNOLOGIA TECNIFERTI



**Futuro Fértil?
Tecnologia
Tecniferti**

- As melhores soluções em fertilizantes líquidos
- Uma pegada de carbono reduzida
- Uma agricultura sustentável

 **TECNIFERTI** 

www.tecnifertibio.pt
www.tecniferti.com

a integração dos detentores do Estatuto JER nas actividades da Rede Rural Nacional ou a definição de roteiros temáticos específicos para os jovens agricultores e jovens empresários rurais.

A agricultura familiar é outro dossiê assumido como prioritário. Têm recebido muitas candidaturas ao estatuto e têm obtido retornos positivos dos incentivos dados a estes agricultores?

Entendo que a fraca adesão dos agricultores ao Estatuto da Agricultura Familiar poderá ser revertida à medida que forem implementados os direitos previstos no diploma legal que cria o estatuto. Estes direitos estão a ser implementados de forma gradual, podendo ser percebidos pelos agricultores como ainda não suficientemente atraentes. É expectável que, à medida que um maior número de direitos estiver disponível, se venham a registar mais adesões.

Que marca gostaria de deixar enquanto director-geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural?

Os meus objectivos são os objectivos do Ministério. A missão da Direcção Geral é dar cumprimento aos objectivos das políticas nacionais e comunitárias. Por outro lado, tenho sempre presente que o trabalho em curso na Direcção-Geral é produ-

to de um conjunto alargado de pessoas, pelo que não tenho pretensões a deixar uma marca individual. Cumpre-me transmitir as orientações, definir a estratégia, gerir os recursos, articular as unidades orgânicas entre si, garantir condições de trabalho, estimular os colaboradores, manter o relacionamento com outros departamentos do Ministério e do Governo e, sobretudo, manter o foco nos destinatários da acção da DGADR – os agricultores. Ou seja, o meu objectivo é conseguir fazer bem a minha parte.

Por último, e neste ano marcado pela crise pandémica, que mensagem gostaria de deixar aos agricultores e empresários agrícolas?

A mensagem é, naturalmente, de enorme gratidão pelo esforço de todo o sector em garantir o normal abastecimento de bens alimentares. Não tenho a certeza de que todos os cidadãos estejam conscientes de que a produção destes bens carece de trabalho contínuo, isto é, sem hiatos, ao longo de vários meses. Qualquer interrupção dos trabalhos agrícolas desencadearia uma crise alimentar de enormes proporções e cujos efeitos perdurariam para além do período de recolhimento obrigatório. A especificidade do sector também é isto – a confiança que os portugueses podem depositar nos agricultores. ●

